PROJETO DE LEI № , DE 2011 (DO SR. RUBENS BUENO)

Acrescenta parágrafo ao artigo 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, determinando a publicação eletrônica das despesas realizadas pelos partidos políticos com recursos oriundos do Fundo Partidário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

	Art 1° O § 2° do art. 44 da Lei n° 9.096, de 19 de setembro de	1995,	passa
а	a vigorar com a seguinte redação:		

"Art. 44
§ 1°
§ 2º As despesas realizadas com recursos do Fundo Partidário
deverão ser discriminadas e encaminhadas bimestralmente à
Justiça Eleitoral, por todos os partidos políticos regularmente
registrados, devendo o Tribunal Superior Eleitoral publicar essas
informações, em tempo real, em meio eletrônico de acesso
público. Além disso, a Justiça Eleitoral pode, a qualquer tempo
investigar sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo
Partidário.
" (NR)

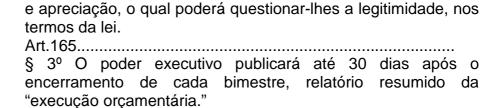
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta proposta foi originariamente apresentada na legislatura passada pelo nobre ex-Deputado Raul Jungmann, que tinha como objetivo primar pela transparência nos meios democráticos, sobretudo no âmbito eleitoral.

A Constituição Federal, em diversos dispositivos, realça a necessidade de os poderes públicos conferirem visibilidade às suas atividades, especialmente à destinação dada ao dinheiro público. Como exemplo, confira-se:





Não é por outra razão que foram aprovadas leis como a de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a qual, além de reforçar a exigência de transparência relativamente ao gasto de dinheiro público, inova ao exigir que seja dada visibilidade às prestações de contas, inclusive em meio eletrônico de acesso público. Nesse sentido:

"Art.48 São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Art 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público."

A transparência, inclusive por meio eletrônico, mostrou-se cara ao Legislativo que aprovou a Lei Complementar nº 131/2009, alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal para reforçá-la, no que concerne, por exemplo, à transparência da gestão fiscal:

"Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de
2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 48
Parágrafo único. A transparência será assegurada também
mediante:
I
II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da
sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas
sobre a execução orçamentária e financeira, em meios

A Constituição exige transparência daqueles que fazem uso de dinheiro público e as leis do país qualificaram a forma como esta visibilidade deverá darse, modernizando-a para que a sociedade possa ter acesso à informação da maneira mais cômoda possível. Os partidos políticos são inerentes à democracia moderna. No Brasil, não há dúvida de que a democracia só é possível mediante a

eletrônicos de acesso público."



intermediação partidária. Nesse mesmo sentido escreveram importantes constitucionalistas, como Manoel Gonçalves Ferreira Filho, e este mesmo entendimento tem presidido relevantes manifestações do Supremo Tribunal Federal, tal qual a que afirmou a interpretação de que a Constituição Federal exige a fidelidade partidária.

É certo que os partidos prestam contas à Justiça Eleitoral, consoante dispõe a Lei nº 9.096/1995. Porém, se os partidos são essenciais à democracia e, nos termos do § 3º do art. 17 da Constituição, recebem recursos do fundo partidário, os quais são em grande parte públicos, torna-se imprescindível exigir que a prestação de contas que levam a efeito seja disponibilizada, em tempo real e em meio eletrônico, à sociedade brasileira.

Para se ter em mente o montante de recursos de que se está a falar, o Tribunal Superior Eleitoral informa que no ano de 2008 o fundo partidário somou cerca de R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) e no exercício de 2009, levando-se em consideração apenas as verbas referentes aos meses de janeiro a julho ou agosto, a depender da origem dos recursos, já se trata de cerca de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), os quais até o fim deste ano deverão ser acrescidos em sua terça parte.

Ressalte-se que não se está a exigir dos partidos nada além do que se cobra daqueles que lidam com recursos públicos em geral. Ademais, se a democracia realiza-se primordialmente pelos partidos, faz-se necessário conferir a maior visibilidade possível aos gastos dos recursos oriundos do fundo partidário, para que a sociedade tenha acesso aos instrumentos que viabilizarão a formação de opinião pública mais consistente e consciente sobre aqueles que irão eleger para representá-la.

Pelas razões expostas, solicitamos aos nobres Pares a devida atenção e análise para que possamos alcançar a aprovação do presente projeto.

de fevereiro de 2011

Deputado RUBENS BUENO (PPS-PR)

Sala das Sessões, em